

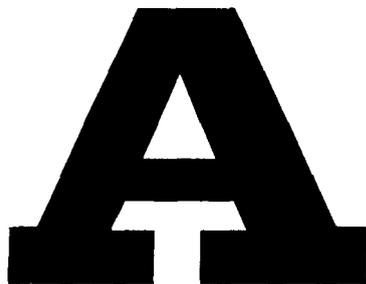
A lição de F. D. Roosevelt Levantados do chão

Prof. de Filosofia e filósofo, especialista em Ambiente, assuntos europeus e Federalismo nos EUA, o nosso colunista afirma que quando se estudam os 12 anos dos mandatos do notável Presidente norte-americano, “parece que reencontramos num passado já distante as características da nossa crise global do modelo de globalização neoliberal, só que a uma escala mais modesta”. Só que, evidenciando a sua notável ação para ultrapassar as graves consequências da Grande Depressão de 1929, conclui: “A grandeza pode inspirar, mas jamais garante a possibilidade da sua repetição”...

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES



Franklin D. Roosevelt **O Presidente dos Estados Unidos foi o precursor do 'new deal'**



A expressão Green New Deal tem feito o seu caminho desde há uma década. Na Europa, a CE liderada por Ursula von der Leyen cunhou mesmo como tema central do seu programa político o European Green Deal (Pacto Ecológico Europeu) ao qual aqui dedicámos duas crónicas (JL de 29 de janeiro e 12 de fevereiro 2020). Estudando a experiência concreta daquele que foi, ao lado de Lincoln e Washington, um dos três mais importantes presidentes da história dos EUA, e o de maior ressonância mundial, compreendemos como, apesar de todas as semelhanças, estamos longe de poder replicar o New Deal, que resume o essencial da obra política de Franklin D. Roosevelt (FDR).

Em 1929, o capitalismo financeiro destruiu fortemente o tecido económico mundial, empurrou povos desamparados pelo desemprego e pela pobreza no caminho de ideologias belicosas e genocidas, mas recuou - depois da II Guerra Mundial, para cuja vitória FDR foi também o líder decisivo - e foi “domesticado” pela regulação económica desenhada no quadro mais amplo de um novo sistema internacional centrado nas Nações Unidas.

É significativo que o último bastião de controlo sobre o capitalismo financeiro, criado na época de FDR, a saber, a separação entre a banca de investimento e a banca comercial (Glass-Steagall Act de 1933), só tenha tombado no Congresso dos EUA em 1999. Em 2020, pelo contrário, o capitalismo financeiro controla os Estados e inverte a seu favor as políticas públicas. A crise de 2008 tornou-o ainda mais forte, como o comprova a situação de uma UE onde os Estados continuam a consentir os paraísos fiscais e a tremer com as notações das agências de rating. O “deus dólar”, na expressão de Eça, já está preparado das tragédias pandémica e climática uma nova oportunidade de negócio e uma nova frente de dominação.

UM PASSADO QUE NOS SABE A PRESENTE
 Quando estudamos os 12 anos das presidências de Franklin Delano Roosevelt, de 4 de março de 1933 até à sua morte em 12 de abril de 1945, parece que reencontramos num passado já distante as características da nossa crise global do modelo de globalização neoliberal, só que

a uma escala mais modesta. As relações entre a crise do capitalismo liberal desregulado e a II Guerra Mundial são conhecidas. Hitler jamais teria saído da obscuridade dos 2,6% votos obtidos nas eleições para o Reichstag de 1928 sem a resposta de austeridade do governo Brüning (centristas apoiados pelo SPD) à Grande Depressão de 1929, que decuplicou o desemprego alemão em dois anos. O mesmo é verdade para o militarismo em Tóquio, exacerbado pelas receitas do liberalismo financeiro.

OS EUA CONHECIAM BEM OS SURTOS de destruição das crises cíclicas do capitalismo. Por isso mesmo, o combate aos grandes monopólios e aos abusos do grande capital marcaram a Era Progressiva dos presidentes Theodore Roosevelt, Taft e Wilson, nas décadas iniciais do século XX. Todavia, depois da saída de cena de Wilson, três presidentes republicanos - Harding, Coolidge e Hoover - enveredaram pelo regresso ao *laissez-faire* da “normalidade” dos automatismos do mercado desregulado. O resultado é conhecido: depois da prosperidade dos Roaring Years, os EUA afundam-se, arrastando grande parte do planeta - em virtude do sistema financeiro de Wall Street ser credor dos grandes países europeus, e em particular da República de Weimar - no imenso sofrimento social da maior crise económica e financeira de sempre, que ameaça ser ultrapassada pelas implicações da atual pandemia de Covid-19. As respostas protecionistas ainda agravaram mais o problema. No final de 1932, nos EUA que aguardavam pela tomada de posse de Franklin Delano Roosevelt (FDR), o desemprego atingira 23,6% e o PIB cairia 12,9%, a que se somam as quedas de 8,5% e 8,4%, respetivamente em 1930 e 1931.

O grande debate travado por FDR com o Presidente e candidato Herbert Hoover, em 1932, sobre política económica marcaria toda a ação posterior de FDR. Enquanto para Hoover a crise económica era considerada tão “natural” como as outras 15 que tinham afligido os EUA no século anterior, devendo o governo apenas manter o barco a flutuar até que a tempestade passasse, FDR, pelo contrário, efetua uma cuidadosa análise da genealogia da crise, estabelecendo não só um diagnóstico, mas também uma terapia que seria cumprida escrupulosamente na presidência. 1.º O sintoma da crise era a concentração da riqueza e o aumento da desigualdade. Seiscentas empresas detinham dois terços da riqueza industrial, contra apenas um terço por parte de dez milhões de pequenos empresários. 2.º A causa da crise era o predomínio excessivo do capital financeiro que em vez de servir o “desejo nacional”, se transformara num imenso perigo. 3.º A cura da crise, passaria por construir, em colaboração com os atores económicos, mas sob liderança do governo federal, “uma declaração de direitos económicos, uma ordem

económica constitucional”.

A INVENÇÃO DO FEDERALISMO COOPERATIVO De uma assentada, FDR iniciava a reforma do modelo de funcionamento do sistema federal norte-americano, atacando em simultâneo os mitos do liberalismo económico, sem destruir o mercado, mas colocando-o dentro dos limites de uma regulação democrática. Foi nos EUA de Roosevelt que o capitalismo disciplinado pelo Estado Social deu os seus passos iniciais mais consistentes. Nos seus primeiros 100 dias, após a tomada de posse, FDR, usando a plenitude das competências

Foi nos EUA de Roosevelt que o capitalismo disciplinado pelo Estado Social deu os seus passos iniciais mais consistentes

A grandeza pode inspirar, mas jamais garante a possibilidade da sua repetição. Temos de encontrar a nossa própria saída do labirinto

presidenciais respaldada por uma confortável maioria no Congresso, promulgou mais legislação e implementou mais decisões executivas do que as registadas desde 1919. Uma das reformas mais estruturantes foi a do sistema bancário, que evitou a derrocada final do sistema financeiro, já debilitado pela anterior falência de 500 bancos.

Quando comparamos o edifício de regulação financeira construído por FDR, onde se destaca uma garantia federal, hoje de 250 mil dólares, para os depósitos bancários, com a atual enrodilhada união bancária europeia, só podemos sentir tristeza e embaraço pela péssima imitação realizada em Bruxelas e Frankfurt. Entre 1933 e 1939, FDR atacou a crise de frente, tentando reabilitar o sistema económico, sem esquecer a prioridade de mitigar o sofrimento de 12 milhões de desempregados e suas famílias. O seu lema era triplo: Alívio, Recuperação e Reforma (Relief, Recovery and Reform). Nesse período, e como suporte da imensa legislação produzida, foram criadas 37 no-

vas agências federais (16 das quais logo em 1933), para acudir às mais diversas frentes da crise, do emprego às artes, da nova segurança social (criada em 1935) à habitação, da proteção laboral às comunicações e conservação de parques e reservas naturais.

Esse hercúleo programa de intervenção pública e de reforma económica foi efetuado sem nenhuma alteração ostensiva na Constituição federal (o único aditamento constitucional aprovado em 1933, foi o 21.º, que sensatamente abolia o aditamento 18.º, que proibira as bebidas alcoólicas...). Apesar da oposição inicial do Supremo Tribunal a algumas medidas do New Deal, os juízes acabariam por alinhar com a nova orientação. O resultado foi a ultrapassagem do antigo modelo de “federalismo dual” (*dual federalism*), que desde a fundação dos EUA se caracterizava por querelas ente os Estados e Washington em torno dos limites constitucionais dos respetivos sistemas de governo, pela emergência do novo paradigma de “federalismo cooperativo” (*cooperative federalism*), caracterizado por uma maior coordenação de objetivos e de orçamentos entre os Estados e o governo federal, sob a liderança deste último (1).

Roosevelt tomou posse em 4 de março de 1933, quando o mundo contava dois mil milhões de almas. No seu discurso inaugural, descreve um país e um mundo devastado pela desigualdade e pela irresponsabilidade das elites económicas. Contudo, num dado momento do seu discurso, abre-se uma luz quando ele afirma: “A natureza ainda oferece a sua abundância” (*Nature still offers her bounty*). Em 2020, num planeta com quase 8 mil milhões de seres humanos, perseguidos por uma pandemia e ameaçados por séculos futuros de alterações climáticas antropogénicas, não é difícil perceber a tragédia do conhecimento histórico (2). A grandeza pode inspirar, mas jamais garante a possibilidade da sua repetição. Temos de encontrar a nossa própria saída do labirinto. ■

Referências

(1) Soromenho-Marques, Viriato, “Da Grande Queda ao Arsenal da Democracia”, VISÃO HISTÓRIA, n.º 56, Dezembro de 2019, pp. 66-71.

(2) Soromenho-Marques, Viriato, “«Human Security» and the Reshaping of Contemporary Thinking on Peace and War”, *Security at a Crossroad. New Tools for New Challenges*, Teresa Rodrigues and André Inácio (editors), New York, Nova Science Publishers, 2019, pp. 3-19.